

Memória da Reunião de abertura dos planos de manejo das UCs - MOJAC

Reunião deu início às 10:20 com Tiago Vecki Gestor pedindo a palavra, dando os cumprimentos a todos e agradecendo pela presença. Convida o vereador presidente da câmara Geraldo de Oliveira, convida o Prefeito Municipal da Barra do Turvo Dr Jeferson, representando o Prefeito do Município de Cajati, o assessor Joaquim Severo, convida, pela Fundação Florestal, diretor executivo Rodrigo Levkovicz (DE/FF) e o Diretor Adjunto do Vale do Ribeiro do LS Danilo Amorim (DLS), agradece às comunidades, prefeituras e vereadores presente, lembra do marco importante que será hoje da abertura dessa reunião extraordinária do Conselho do MOJAC, cita que esta reunião formaliza o iniciou os trabalhos dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação do MOJAC, sob a coordenação do Núcleo Planos de Manejo da Fundação Florestal – coordenadora Fernanda Lemes, e passa a palavra ao Geraldo, que agradece e lembra da força que está sendo unida para a execução do plano de manejo. Passada a palavra ao Prefeito da Barra do Turvo, que diz que possui interesse e está de portas abertas ao projeto, agradece a todos. Passada a palavra ao Sr Joaquim, que agradece a todos, à Fundação Florestal e que deseja que os trabalhos sejam realizados com muito sucesso. Rodrigo (DE/FF) toma a palavra, agradece a todos, fala sobre a importância para o Plano de Manejo sobre o dia de hoje e este acontecimento, ressalta o valor do plano feito em coletivo, que o conselho gestor é essencial para o desenvolvimento do Plano de Manejo, lembra da redefinição dos limites e da lei existente que permite isso, fala do valor de interesse de casar a questão da biodiversidade com produção de renda e que isso deverá sim ser feito em conjunto, que o diálogo será feito e que conta com a ajuda de todos. Danilo Amorim (DLS) toma a palavra, agradece e menciona que hoje será uma data histórica assim como já mencionado na primeira reunião que houve para dar início ao Plano de Manejo, menciona o comitê e agradece a todos pela força. Convida o Dr. Fogaça (presidente da APRUCVAR) para a palavra, que agradece a Fundação Florestal, lembra da questão da moradia em Unidades de Conservação, parabeniza a todos pelo evento. A comunidade questiona o convite e pergunta se a comunidade não vai falar. Thiago convida os gestores e voltam a questionar que o gestor representa o Estado, Rodrigo (DE/FF) toma a palavra e ressalta que é importante ouvir desde o grande empresário até o pequeno agricultor e que é imprescindível abrir a palavra para representantes que façam afala do setor/segmento/comunidade. Querino Coelho, representante do bairro Ariri, de Cananeia, toma a palavra e lembra que o Mosaico só existe por conta do morador tradicional, pede para que seja lembrado e avisado antecipadamente referente às reuniões; fala da questão da dificuldade do morador tradicional em se deslocar para comparecer às reuniões. Tiago lembra sobre a necessidade de considerar o tempo de deslocamento e a distância que as pessoas precisam tanto para ir a reunião quanto para o seu retorno. Nilce toma a palavra, agradece e dá bom dia a todos, lembra que pediu a palavra porque quem tem que dar a palavra representando à comunidade são eles mesmos, “quem fala por quilombola é quilombola mesmo”, ressalta a questão do espaço de discussão, escolhas, “quilombola fala e defende seu espaço”, diz que quando é demandada a palavra existe um consenso, mas quando não há é necessário respeitar. João Prestes representando a comunidade dos Pinheirinhos toma a palavra e questiona a questão do povo tradicional que está fora da RDS e que essa RDS é a menor de todas, que carece ter “olho firme” para que essa comunidade seja atendida. Dona Marina representa os moradores no interior do Parque Estadual do Rio Turvo, agradece, dá um bom dia coletivo, pede que o povo permaneça, que

Notas:

- Rev.1 – complementações, rev. ortográfica, ver. sintaxe (23/09/2019)
- Essa memória será subsídio para ata do Conselho Consultivo do MOJAC, a ser apresentada e aprovada na reunião ordinária em 03/10/2019.

seja revisto o limite da unidade mas que quer que a unidade permaneça e que acha importante que ele existe para a fauna. Representante dos moradores do Parque Estadual Caverna do Diabo (Distrito Barra do Braço – Eldorado) fala de proprietários rurais, bananeiros que precisaram parar os serviços, questiona o caçador que está dentro do parque e que não se pode questionar, agradece o Deputado Alexandre Leite, Dr. Fogaça e agradece à Fundação Florestal.

Tiago toma a palavra, agradece os conselheiros e dá abertura à Reunião e Convida a Fernanda Lemes - coordenadora do Núcleo Planos de Manejo da Fundação Florestal, que dará abertura à reunião e falará sobre como funcionará o processo de elaboração dos planos de manejo das UCs do MOJAC e apresentará o cronograma.

Fernanda se apresenta, agradece, relembra o quão importante e essencial é a presença de todos, fala que serão elaborados planos de manejo para as 14 unidades de conservação e dá início à apresentação. Apresenta a estrutura da apresentação, destacando quais serão os conteúdos discutidos nesta reunião: (i) Unidades de Conservação do Estado de São Paulo; (ii) Comitê de Integração dos Planos de Manejo; (iii) Roteiro Metodológico; (iv) Síntese das Unidades de Conservação da Fundação Florestal; (v) Planejamento dos 14 planos de manejo do MOJAC e; na sequência, inicia o primeiro item da apresentação, na qual destaca a quantidade de UCs existentes no Estado de São Paulo, apontando os desafios, dentre eles, prazos longos para elaboração dos planos, sem padronização e a subutilização da equipe do próprio Sistema Ambiental inserção do sistema de desenvolvimento dentro do Sistema Ambiental Paulista, minimizando os custos com a terceirização de serviços. Na sequência, inicia o segundo item, destacando os objetivos e atribuições do Comitê de Integração dos Planos de Manejo, instituídos por meio de Resolução SMA 93/2016, substituído por Resolução SMA 95/2017. Aponta a praticidade e a integração dos diversos técnicos e pesquisadores, por meio do comitê de integração dos planos de manejo. Explica a composição do Comitê destacando quais são as instituições que compõe os grupos técnicos, suas responsabilidades/atribuições no processo de elaboração dos planos de manejo, além de destacar os conselhos das UCs e os demais atores e setores envolvidos. Destaca ainda os principais resultados deste Comitê _ 1º semestre de 2019. Na sequência, inicia o terceiro item da apresentação, destacando que o Roteiro Metodológico é principal documento orientador dos planos de manejo das ucs paulistas e que será aprimorado a cada Plano de Manejo finalizado. No caso das unidades de conservação do MOJAC – categorias de uso sustentável não trabalhadas até o momento (RESEX e RDS), o roteiro metodológico observará as especificidade das UCs do MOJAC e, portanto, será publicado uma nova versão desse roteiro incorporando essas especificidades.. Destaca a importância da padronização das tipologias de zonas, áreas e programas, enfatizando que esse procedimento facilita o trabalho técnico e dá maior celeridade no processo de elaboração, otimizando tempo e energia das equipes que conseguem concentrar os esforços no que é mais necessário em cada plano. Na sequência, apresenta as Etapas de elaboração dos planos de manejo, destaca a etapa 1, enfatizando que o principal produto desta etapa é o plano de trabalho e que será construído de forma participativa na Oficina de Planejamento. Foi destacado que que, os limites das unidades de conservação (segundo a lei MOJAC) será trabalhado durante o processo participativo do plano de manejo, no entanto, os encaminhamentos fundiários se darão ao final do processo de elaboração dos planos em processo administrativo específico. Explica o processo de participação social, destaca as oficinas participativas e as reuniões setoriais. Enfatiza a importância das reuniões setoriais são imprescindíveis para que grupos específicos possam discutir e esclarecer dúvidas de forma minuciosa, enfatizando as especificidades e demandas locais que são de interesse daquele grupo. Apresenta quais são os canais para coleta de

Notas:

- Rev.1 – complementações, rev. ortográfica, ver. sintaxe (23/09/2019)
- Essa memória será subsídio para ata do Conselho Consultivo do MOJAC, a ser apresentada e aprovada na reunião ordinária em 03/10/2019.

contribuições, destacando: (i) remotamente, por meio do portal digital dos planos de manejo; (ii) presencialmente, por meio das oficinas e reuniões setoriais; (iii) por meio do gestor da uc; (iv) por meio dos representantes dos conselhos consultivos e deliberativo, destacando a importância desses atores na mobilização no processo participativo dos planos de manejo

Inicia o quarto item da apresentação, na qual destaca a estrutura organizacional da Fundação Florestal sobre o tema, por meio do histórico do Núcleo de Plano de Manejo - NPM, enfatizando a importância de uma equipe estruturada e capacitada para o tema, relacionando os melhores resultados (planos de manejo aprovados) com a existência: do Núcleo Planos de Manejo, integrados com a equipe do Sistema Ambiental Paulista; do Comitê de Integração dos Planos de Manejo e; do Roteiro Metodológico que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração dos planos de manejo

Finaliza com a apresentação do quadro do status dos planos de manejo da Fundação Florestal. Inicia o quinto item da apresentação, destacando neste momento, a estrutura do planejamento dos planos de manejo do MOJAC. Inicialmente, enfatiza que a área de abrangência dos estudos levou em consideração o território das 14 unidades de conservação do MOJAC, além de 5km do mosaico (conforme disposto na lei - MOJAC). Destacou que, utilizaremos o roteiro metodológico (aprovado em 2018) para as unidades de conservação do grupo de proteção integral – categoria Parque Estadual e, no caso das unidades de uso sustentável (APAs – domínio público; RESEX e RDS) serão realizadas adaptações para atender as necessidades dessas categorias de UCs. Foi enfatizado que, no caso das RESEX e RDS o roteiro metodológico será elaborado a partir dos resultados desses planos de manejo, consolidando assim, uma versão de roteiro revisada a luz das especificidades das RESEX e RDS. Lembra quais foram as categorias trabalhadas no atual roteiro e em quais não. Apresenta a setorização do território do Mojac e quais foram os critérios para organizar o território em setores (Setor Sul, Centro e Norte). Foi apresentado, por setor: (i) quantidade de categorias/unidades de conservação e entorno; (ii) nº de municípios abrangidos. Aponta quais serão as estratégias de organização/planejamento dos trabalhos, de modo a facilitar a logística e o desenvolvimento de cada Plano pela equipe. Apresenta o cronograma dos trabalhos, destacando: (i) nº de unidades de conservação por fase de execução; (ii) tempo de execução por setor. Foi destacado que se optou por setorizar o território, no entanto, observa-se que várias atividades serão realizadas simultaneamente, garantindo assim otimização das equipes. Destaca que, participarão aprox. 77 técnicos e pesquisadores, além dos conselhos consultivos e deliberativos e diversos atores e comunidades locais. Ressalta que, no caso do MOJAC, face as especificidades, houve foram contratados estudos complementares que, em razão da ausência de estrutura interna do Sistema Ambiental para coleta desses dados.. Após apresentar a estrutura geral do planejamento dos 14 planos, destacou que iniciaremos pelo Setor Sul e apresentou a agenda de trabalho para esse setor Sul, indicando as datas das próximas oficinas (planejamento). O participante (João) pediu a palavra e questionou o porquê foi determinado a sequência e escolha do Sul primeiro, Fernanda explica que foi por questões logísticas, em comum acordo com técnicos, pesquisadores e gestores das unidades de conservação que apontaram a conveniência da setorização e quais unidades próximas são mais exequíveis. João contextualiza que existe uma preocupação na demora para que o plano alcance certos setores, onde o MP poderá tomar iniciativas que irá prejudicar os moradores e pequenos agricultores antes que o plano aconteça. Fernanda contextualiza que o território foi setorizado para facilitar a condução dos trabalhos, no entanto, observa-se que diversas atividades e, portanto, diversos planos serão elaborados de forma simultânea. O Diretor Executivo da Fundação Florestal Rodrigo (DE/FF) toma a palavra e explica que o MP é uma instituição independente e autônoma e que a Fundação Florestal e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente respeitam essa condição constitucional. Em relação ao plano de manejo, cumpre lembrar, que serão apontadas as áreas para a retificação de limites, nos termos do artigo 15 da Lei Estadual nº 12.810/08. Áreas ricas em biodiversidade serão mantidas como Unidades de Conservação e

Notas:

- Rev.1 – complementações, rev. ortográfica, ver. sintaxe (23/09/2019)
- Essa memória será subsídio para ata do Conselho Consultivo do MOJAC, a ser apresentada e aprovada na reunião ordinária em 03/10/2019.

serão indicadas para a exclusão, áreas de borda com ocupação humana ou com produção agrícola consolidada. Aponta que precisa do apoio em coletivo para isso e que não existe preferencia de setor, todos são importantes em igualdade e que os problemas dos setores são os mesmos e que o interesse da FF é solucionar e atender a todos. Participante Valter Crudo pede a palavra e aponta que mora num setor onde o MP proibiu, que está no local desde 1976, gostaria de saber como será essa questão e como fica essa independência citada dos órgãos e como lidam com isso. A Participante Mônica (advogada da APRUCVAR) pede a palavra e pede que o registro dessa reunião seja disponibilizado para que possam ter acessos e solicita que existe um Termo de Compromisso para que garanta que o morador possa permanecer até que o plano seja executado. O participante Beber pede a palavra e discorda do Rodrigo (DE/FF) com relação aos setores separados, aponta que uma gestora o levou ao MP para apontar que ele estava locado em uma área de Parque. Diz que precisa de um documento e que isso é sim algo que a Fundação também precisa arcar, fala sobre seus 300 funcionários, sobre a miséria que Eldorado sofre com a falta de emprego. Fernanda pede a palavra, responde à questão da participante Mônica destacando que todo material apresentado constará no portal, além da possibilidade de acesso pelos gestores das ucs. Ocimar Bim, participante do Instituto Florestal pede a palavra, fala das famílias cadastradas e aponta as questões positivas que não podem ser esquecidas, os processos positivos, saneamento, autorização de roça, lembra do pessoal da Barra do Turvo que vivia sem energia elétrica e hoje, alguns receberam energia e outros não, fala das estradas e acessos que foram permitidos. O pesquisador chama a atenção de que precisa ser apontada a quantidade real de quantos agricultores, quantos moradores, estão nas unidades de conservação de forma que o plano de manejo funcione, quantificando o problema para que seja avaliado e sanado. Complementa que devemos “valorizar as coisas boas, e as coisas ruins, temos que enfrentar, ”. Uma das conselheiras pede a palavra e informa que recebeu pedido despejo em até 60 dias, questiona a mesa sobre como isso será resolvido. Rodrigo (DE/FF) solicita que eles compreendam e entendam que o plano de manejo ajudará, mas que situações individuais terão que ser conversadas individualmente, e que a Fundação Florestal não possui a competência de sugerir ao ministério publico o que pode ou não fazer, mas dentro da lei serão tomadas providencias de forma a colaborar com o Mosaico como todo, logo aos moradores também. Um outro participante toma a palavra, e diz que da maior preocupação: a questão da promotoria. O mesmo nutria a esperança de que houvesse um meio nesse reunião para tomar uma atitude com a fundação para resolver essa situação.

O Prefeito da barra do Turvo Dr. Jeferson destaca que o maior problema não seria a Fundação Florestal, mas o MP e sugere convidar o ministério para comparecer às reuniões. Um outro participante pede que os problemas deveriam ser passados pelo conselho para depois ser encaminhado a promotoria. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati, Adilson Vieira , pergunta pelos prefeitos se o MP foi convidado e a resposta é não, mas que pelo pedido dos participantes na reunião de hoje, para as próximas reuniões o MP será convidado. O morador também convida para conhecer a área para vejamos pessoalmente a situação e problemas da UC. Um participante, de Eldorado, reclama do fato de não ter ocorrido consulta publica para a criação das UCs. Sugere-se a criação de um parque do Vale do Ribeira, para melhorar o manejo da área, que tem sofrido nesse quesito. Um dos Quilombos por meio de sua representante aponta a necessidade de levar em consideração as legislações específicas que regulamentam a presença das comunidades nos territórios, legislação esta que garante o respeito às necessidades das comunidades mas não costuma ser seguida. Complementa ainda que é importante esclarecer a questão da regularização fundiária, reforça a falta de clareza acaba dividindo os grupos que deveriam estar em uma luta única. Rodrigo (DE/FF) responde que é importante que as comunidades tragam essas demandas para a Fundação, pois ajuda a incorporar as questões ao plano de manejo. Danilo discorre sobre o uso da floresta, melhora do uso das áreas florestadas e que as populações locais sabem como lidar com a floresta, pelo aprendizado de gerações, como agricultura e processamento, sendo o

Notas:

- Rev.1 – complementações, rev. ortográfica, ver. sintaxe (23/09/2019)
- Essa memória será subsídio para ata do Conselho Consultivo do MOJAC, a ser apresentada e aprovada na reunião ordinária em 03/10/2019.

objetivo de todos respeitar a sociedade com o território. Ele lembra das matérias resultantes dos trabalhos das comunidades e o desejo por produção de acordos, inclusive sobre a possibilidade de agroflorestas, como uma garantia de uso. Também destaca o desejo de implantação da legislação para os agricultores, pensada para eles. Adimilson da Barra do Turvo, lembra sobre o afunilamento da lei do MOJAC, e acredita que precisa, para sair satisfeito, estabelecer acordos, como a necessidade de falar com o ministério público, organizando reuniões para resolver os conflitos, e propõe a criação de um grupo. Uma das moradoras de Cananeia, do Bairro do Mandira, fala que o terreno comprado, pago e que o MP pediu que ela comparecesse à sede no município de Registro e cobrou 4000 reais, após conversa caiu o valor, mas que ela deveria retirar todas as plantações, sendo que ela pagou todas as contas e que em um dia fora eles invadiram e bagunçaram a casa dela, algo corrente na Comunidade do Mandira, da qual ela não pertence, mas compartilha o caso e gostaria de poder continuar em suas terras, trabalhando nelas. Outro participante diz acompanhar e atuar na construção deste processo e revela dúvida sobre a regulamentação para produção nas terras, dizendo que existe fragilidade na estrutura do estado, diz que não há segurança pela mudança rápida nos representantes dos órgãos, para que o presidente e o governador saibam da situação, pois os prefeitos viraram as costas para as questões do povo nas UCs. Pede-se que estabeleça-se um projeto em que todos ganham, sendo que todas as mais de 20 oficinas foram “pelo ralo”, devendo-se dar as responsabilidades para as devidas pessoas para a finalização do plano, Diz-se que há ferramenta para a luta, interditando avenida se for preciso, pois não aguentam mais que os trabalhos sejam empurrados pela barriga, espera-se que o trabalho sejam realmente feito, pede-se resolução. O vereador Marco Antônio Melhado Garcia do município de Pedro de Toledo, fala que é preciso trazer mais gente para a discussão, relembra a situação política do país, sendo necessário união das partes inclusive convocando o MP, através do CODIVAR, sem a união não será capaz de resolver, lutando pelo agricultor, que a falta de caminho dada a ele é a maior dificuldade, sem certeza se poderá entrar em suas terras e plantar, sugere-se a construção de uma agenda sobre o que pode ou não, pede-se proteção, inclusive para cidades fora do parque. Lucas Coelho, morador tradicional do Ariri em Cananeia, 6ª geração, denuncia que já houve invasão por pessoas de fora, dizendo que queriam ser tradicional, dizendo que não há moradores tradicionais no local, com vários funcionários, sendo pessoas com poder aquisitivo que compraram a terra dos moradores antigos que estavam ali há varias gerações. Outro participante Cacá (Antônio Carlos da Mota Ferreira) – Vice Prefeito de Barra do Turvo pede a definição de Povo tradicional, definição fornecida por Rodrigo, através de menção a existência de legislação, lembrando que seria correspondente a no mínimo 3 gerações. Rodrigo (DE/FF) lembra que serão trabalhadas comunidades consolidadas e buscará direito para todos, sem que uma condição exclua a outra na realização do Plano. Representante da APA dos quilombos João Vitorino Soares da Mota, lembra a mudança na discussão da reunião pedindo aumento de informações, com maior necessidade de incluir o povo quilombola, lembrando a dificuldade na compreensão de termos técnicos, sendo que mesmo acompanhando o histórico das reuniões, ele mesmo não é capaz de compreender tudo, sendo os quilombolas algumas vezes desconsiderados, lembrando as discussões que tem ocorrido sobre esse problema e seu agravamento, diz que o foco tem sido em outras comunidades tradicionais, pedindo que diminua a discussão sobre o que é ou não tradicional e que as pessoas se unam na discussão, lembrando de seus representantes políticos, unir forças e respeitar os técnicos, diz que muita e processos tiram de letra, indo ate Brasília se for preciso, são os que pararam avenidas atrás de seus direitos e que a preocupação é a mudança rápida de representantes, os quais não conhecem a causa e não sabem o necessário sobre a área, pergunta se os 3% são o suficiente, pois acredita que não será suficiente nem para as comunidades tradicionais. Lembra novamente sobre a necessidade de presença do ministério público e que veio em busca de consolidação, e que o problema é político. Que estão abertos à conversa. Outro participante ressalta que as comunidades estão

Notas:

- Rev.1 – complementações, rev. ortográfica, ver. sintaxe (23/09/2019)
- Essa memória será subsídio para ata do Conselho Consultivo do MOJAC, a ser apresentada e aprovada na reunião ordinária em 03/10/2019.

fora dos 3% e Rodrigo (DE/FF) lembra que estão havendo negociações sobre a questão, ele lembra que não existe plano sem os moradores sendo importante um início do plano em paz para que não seja parada a produção do plano, realçando que as comunidades são parceiras da fundação na produção do plano. Rodrigo (DE/FF) lembra que há a possibilidade de resolver vários problemas juntos, devendo haver trabalho em conjunto para que o plano não deixe de existir. Morador do quilombo diz que todos querem e Rodrigo (DE/FF) explica que não há plano sem que os moradores sejam parceiros, sem que venha deles o desejo de realizar o plano e o morador diz que teme que os 2 anos e meio não sejam suficientes, que todos estão preocupados com a possibilidade de o plano não ser realizado, que todos querem, morador diz que a sua comunidade está aberta para a ida dos técnicos na área, que o povo tem orgulho da região que tem de tudo e que as futuras gerações precisam da natureza, mas que tem receio do plano, que se deve olhar para a população, que todos erram e que tudo possa acontecer na melhor maneira possível, que hoje os quilombolas não tem direito a terra, que não tem condição de pagar o seguro para manter sua identidade. Raquel Pasinato, do conselho, reforçar a necessidade de garantir a participação social, com transporte, alimentação... Fala-se sobre a composição da resolução 1989, sendo importante firmar as pontas com as coordenadorias e que os conselhos vão fazer a parte dele para que o plano saia do papel, que eles sabem que é um território de conflito, mas de resistência e vida. Lembra-se sobre a presença da CFB no projeto do plano, atuando na construção sobre a biodiversidade. Lucas, presidente da Colônia de Pescadores de Cananeia, lembra que o parque do lagamar esta ocupando uma grande parte do manguezal, dificultando a vida dos pescadores tradicionais ao qual o mangue tem grande importância para sobrevivência. Amilton, da comunidade do Marujá, de Cananeia, lembra sobre os problemas que surgiram na realização dos outros planos, lembrando das Apas Marinhas, e ressalta que é importante levantar as demandas e que o plano esta apenas começando, ressaltando que haverá outros momentos e oportunidades, de se unir para chegar a um acordo, reivindicando e apresentando os problemas e levando para as reuniões setoriais. Eliel do ICMBio, pergunta à Fernanda se o NPM olha para a área considerando a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Rodrigo (DE/FF) diz que não se trabalha com perspectiva de realocação de comunidades e que o objetivo é identificar as comunidades e organizar as regulamentações, possivelmente, através dos programas de gestão e passa a palavra à Fernanda, que diz que a elaboração e consolidação da concepção metodológica (zoneamento e programas de gestão) será realizada em conjunto com todos envolvidos nas oficinas e reuniões setoriais dos planos de manejo das UCs MOJAC e, portanto não está fechada. Rodrigo (DE/FF) lembra que está se trabalhando sobre a redefinição dos limites do parque e que só não foi fechado pois estava se esperando o trabalho em conjunto com os moradores e demais atores envolvidos que será nas oficinas e/ou reuniões setoriais. Morador lembra sobre os problemas na região do Vale do Ribeira, pois as terras que as comunidades teriam para produção de subsistência está no interior das UCs e eles não podem atuar na área. Representante do prefeito de Iporanga, lembra ser solidário aos problemas, dizendo ser realmente importante a participação das comunidades no processo, para dar voz as comunidades e municípios, sendo uma oportunidade para fortalecer o vinculo. Participante diz que independente de tudo o plano vai sair e lembra que não aparece nenhum politico na área e que a ação não deve vir de politico pois eles não sabem a importância do Vale do Ribeira. Carlos França, da comunidade do Santa Maria, Cananeia, apresenta mapa existente em 1986 e fala sobre lei de 1989 e diz não entender o motivo das comunidades não terem seus direitos, que eles foram acompanhar as medições para a delimitação do mosaico, porém essas medidas não foram consideradas na criação do mesmo, pois essas comunidades estão fora, com pessoas dizendo que eles não são tradicionais, sendo que há a necessidade de espaço para o cultivo de subsistência.

Segue-se a pauta e pede-se que a discussão do logo seja encaminhada a próxima reunião: todos os conselheiros concordam e a palavra é passada a Fernanda, que agradece, e diz que

Notas:

- Rev.1 – complementações, rev. ortográfica, ver. sintaxe (23/09/2019)
- Essa memória será subsídio para ata do Conselho Consultivo do MOJAC, a ser apresentada e aprovada na reunião ordinária em 03/10/2019.

será um processo participativo e para que os documentos sejam de compreensão de todos, que há uma agenda, um cronograma que seja organizado com os moradores, revela a datas das próximas reuniões e que existe conteúdo já para ser organizado e que as equipes já estarão coletando dados em campo junto com os moradores. Fernanda agradece e passa para Rodrigo (DE/FF) que realça o caráter participativo do plano e que o sistema ambiental está comprometido na realização do plano. Geraldo agradece a presença de todos e diz que o órgão não precisa ser atacado, sendo este o maior parceiro do povo, não podendo atuar sobre ações já em andamento, mas ajudando para que não existam novos conflitos. Agradecimento a todos e fim da reunião.

Notas:

- Rev.1 – complementações, rev. ortográfica, ver. sintaxe (23/09/2019)
- Essa memória será subsídio para ata do Conselho Consultivo do MOJAC, a ser apresentada e aprovada na reunião ordinária em 03/10/2019.